DIÁRIO SINDSEP MARANHÃO
www.sindsep.org.br Sindsep.MA Sindsep Maranhão
Ano XXII Nº 4816
20 de Março de 2024
Quarta-feira
Filiado à CUT CONDSEF FENADSEF

A luta da CPST - PGPE -Tabelas correlatas e a reunião de 27 de março no Ministério da Saúde

Em 15 de agosto de 2023, a Condsef/Fenadsef protocolou, junto com a Fenasps e a CNTSS, uma proposta de reestruturação da CPST, solicitando a instalação da Mesa Nacional Específica e Temporária da Carreira PST no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A proposta foi elaborada pela Subseção do Dieese na Condsef.

As Mesas da CPST e do PGPE foram instaladas em 18 de setembro do ano passado. Na ocasião, o MGI informou que apresentaria, em 15 dias, as Diretrizes Gerais que deverão orientar a elaboração de todos os Planos de Carreira, e que estudaria as propostas de reestruturação das carreiras do PGPE e do PST apresentadas pela Condsef. Até o momento, contudo, passados mais de sete meses, o MGI não se pronunciou.

Em 6 de março, o Ministério da Saúde recebeu os representantes da Condsef, Fenasps, CNTSS e Fenam que reiteraram a reivindicação de Reestruturação da tabela da PST (Previdência, Saúde e Trabalho) e a reinstalação da mesa setorial do Ministério da Saúde.

Nessa reunião de 6 de março ficou acertado que a Seção do Dieese da Condsef deveria ajustar a proposta de reestruturação da CPST para incluir os médicos, além de elaborar um documento técnico para subsidiar o MS quando for apresentar a proposta ao MGI. Quanto aos exames periódicos, objeto de uma decisão judicial que o governo não está respeitando, o MS alegou que eles estão em andamento e seriam concluídos ainda este ano.

Uma nova reunião no MS ficou marcada para 27 de março para formalizar a instalação da Mesa setorial (que trata de assuntos que não envolvem despesas orçamentárias) e retomar a discussão da reestruturação da CPST, que será tratada na mesa específica e temporária junto ao MGI.

Atendendo ao que foi acertado com o MS e as entidades, em 11 de março a Condsef apresentou o trabalho de sua Subseção do Dieese com a proposta reformulada. A proposta é acompanhada por um memorial descritivo, com argumentos técnicos, para subsidiar a apresentação da proposta ao MGI.

Portanto, no dia 27, o que a Condsef vai exigir é que a Ministra da Saúde assuma a defesa da reestruturação da CPST e exija do MGI a abertura de uma verdadeira negociação.

Todos os servidores, de todas as carreiras, precisam de correção salarial, tendo em vista que o congelamento nos últimos seis anos de governos golpistas reduziu muito o poder de compra da categoria. Os 9% de 2023 apenas começaram a diminuir esse arrocho.

O problema é que há um orçamento reduzido em virtude da política de austeridade adotada pelo governo por meio do novo arcabouço fiscal e da absurda meta de "déficit zero". Esse orçamento é disputado pelo capital financeiro - que come grande parte recebendo juros - e pelo centrão - 52 bilhões das imorais "emendas parlamentares".

Nessas condições o governo fez uma opção errada e cedeu às pressões apenas de algumas carreiras mais bem situadas. A Condsef está em campanha para que o governo valorize a CPST, o PGPE e os diversos PECs que possuem tabelas salariais correlatas às das carreias gerais, onde encontra-se enquadrada a esmagadora maioria dos servidores públicos.

A Condsef tem denunciado que a prática adotada pelo MGI é oposta ao que anunciou no início do governo. Em vez de corrigir ele está aumentando as distorções entre os planos de carreira, com negociações avançadas, e em alguns casos concluídas, apenas com alguns setores.

Estão ficando para trás os servidores das carreiras mais numerosas que recebem os menores salários, como é o caso da CPST, do PGPE e dos diversos Planos Especiais de Cargos mencionados. Essa situação tem revoltado os servidores.

Pela reestruturação dessas carreiras que constituem a grande maioria do funcionalismo público, o CDE da Condsef está preparando um calendário de lutas em unidade com as demais entidades sindicais.

Essa luta estará inscrita no grande Dia Nacional de Luta que se realizará em 3 de abril.

Pela atualização das tabelas e reestruturação da Carreira do PST, do PGPE e Tabelas Correlatas!

Fonte: Condsef

Regulamentação da tributária deve ser enviada em abril, diz Haddad

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o governo deve enviar a regulamentação da reforma tributária para o Congresso em abril. Haddad deu a previsão durante evento da Esfera Brasil, em Brasília, nesta terça-feira (19). A expectativa do ministro é que a regulamentação seja aprovada na Câmara ainda neste ano.

"A partir do mês que vem nós devemos mandar a lei complementar regulamentando a reforma constitucional", disse Haddad.

A regulamentação da reforma tributária, por meio de leis complementares, é um dos focos dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para 2024. No entanto, com as eleições municipais em outubro de 2024, parlamentares preveem um ano Legislativo mais curto e a possibilidade de a regulamentação ficar para 2025.

Haddad pediu apoio dos empresários para a aprovação da regulamentação e lembrou que a transição para o novo sistema tributário começa já em 2026 que vai até 2032. "Todo cuidado com essa transição é necessário para que a gente possa concluí-la com êxito", disse o ministro da Fazenda.

O texto base do novo sistema tributário foi promulgado no fim de 2023. Segundo o texto aprovado, as leis complementares devem ser enviadas em até 180 dias, ou seja, em 20 de junho.

Mas ainda que a equipe de Haddad envie o texto antes do prazo, em abril como agora diz o ministro, os textos devem enfrentar dificuldade para avançar ainda em 2023. A leitura de congressistas é que não haverá tempo de debater e decidir sobre os temas antes do segundo semestre.

Deputados e senadores devem concentrar a análise de projetos no primeiro semestre para depois se concentrarem nas eleições municipais de 2024. Além disso, o ritmo de trabalho no Congresso no início deste está mais lento, com poucos projetos aprovados até o momento.

Os projetos de lei complementares são centrais porque definem os detalhes mais importantes do novo sistema tributário brasileiro. Entre os projetos a serem discutidos estão como os novos impostos funcionarão, alíquota geral, que deve ficar em torno de 27,5%, os itens da Cesta Básica Nacional e o mecanismo de cashback.

Fonte: Congresso em Foco

Uema abre concurso para professor de Letras

O Campus São Luís da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) anunciou a abertura das inscrições para o concurso público visando a contratação de um professor magistério superior, na Classe Adjunto, com título de Doutor, para atuar no curso de Letras, na subárea de Língua e Literaturas de Língua Inglesa. Os interessados podem se inscrever até o dia 1 de maio, exclusivamente pelo site da Uema.

A jornada de trabalho para a vaga é de 40 horas semanais, com remuneração variando entre R$ 6.718,85 e R$ 10.414,22. Os interessados podem se inscrever até o próximo dia 1 de maio, exclusivamente pelo site da instituição, mediante o pagamento de uma taxa de inscrição no valor de R$ 300.

O concurso público consistirá em uma prova escrita, com leitura pública, e uma prova didática, ambas de caráter eliminatório e classificatório, além do julgamento de títulos, de caráter classificatório. As provas estão agendadas para o dia 8 de julho.

Para outros detalhes, os interessados podem acessar o edital disponibilizado no site da UEMA - uema.br.

Fonte: UEMA

EXPEDIENTE: Diário SINDSEP/MA é uma publicação diária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA
Av. Newton Bello, 524 - Monte Castelo, CEP 65035-430, São Luís - Maranhão. Fone: (98) 2108-0001. E-mail: comunicacao@sindsep.org.br
Presidente: João Carlos Lima Martins *Secretaria de Comunicação:* Joanilde Pires Pereira, Marcos José Costa Ferreira e Maria de Fátima Santos Moraes
Assessor: Ricardo Milán (DRT 785) *Redação:* Nielsen Furtado (DRT 789) *Projeto Gráfico e Diagramação:* Giancarlo Cunha *Redes Sociais*: Rafael Costa